



ESPETÁCULO: NÃO ÓTICA, MAS ARQUITETURA DO PODER

Rita de Cássia Lucena Velloso*

Resumo – Este trabalho pretende discutir o urbanismo como estratégia de poder na sociedade denominada do espetáculo. Desde o segundo pós-guerra, com a reorganização das forças geopolíticas no Ocidente, a cidade tem se tornado parte do espetáculo em suas mais reconhecidas formas. Ao urbanismo coube, como disciplina, a ordenação física do ambiente material, e a ele foi dado exercer determinada forma de controle cujo desempenho configura parte fundamental na arquitetura do poder espetacular.

Palavras-chave: arquitetura urbana, reificação, fetichismo, planejamento urbano, urbanização da consciência.

É mais fácil confeccionar uma utopia do que um apocalipse? Nossos sonhos de futuro são doravante inseparáveis de nossos temores. [...] Hoje em dia, reconciliados com o terrível, assistimos a uma contaminação da utopia pelo apocalipse. [...] Mas, este inferno, nós o aguardamos, consideramos mesmo um dever precipitar sua chegada (CIORAN, 1994, p. 120).

Uma experiência genuína do presente nos impede de idealizar o passado (BENJAMIN, 2005, p. 165).

E absolutamente vão querer seguir nessa direção se as teorias e as práticas situacionistas são consideradas um modelo insuperável que só espera ser aplicado (JAPPE, 1999, p. 23).

Nenhuma grande cidade brasileira escapa a esse destino de exclusão, segregação, e degradação ambiental (MARICATO, 2008, p. 133).

Cidades são campos de batalha, escreveu Walter Benjamin (2005, p. 165) ao comentar *O livro de leitura para habitantes de cidades*, de Brecht. Naquele "oceano de casas", onde ho-

* Doutora e mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenadora do Observatório de Política Urbana (Opur), da pró-reitoria de Extensão da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

mens e mulheres citadinos experienciam múltiplas e contínuas interações sociais, dá-se o epicentro do conflito social que surge da tradicional relação entre propriedade, poder político e poder econômico. Uma cidade, não obstante ser o lugar da luta (individual e coletiva) pela existência e da disputa entre classes sociais, exige que os indivíduos adaptem seus atos e suas disposições de espírito à sucessão de encontros casuais, habituais ou fortuitos. Viver num ambiente urbano implica a capacidade humana de construir laços, reconfigurar relações sociais e lidar com objetos e coisas em meio à vida cotidiana.

As diferenças entre grupos, entre indivíduos ou comunidades são reconhecidas e postas à prova continuamente na cidade. As relações sociais se realizam, concretamente, na forma das relações espaciais, denotando o que se deve nomear por política do espaço. No uso da cidade por seus habitantes, isto é, na experiência da arquitetura urbana desempenhada por homens e mulheres na frequência dos edifícios, colocam-se as possibilidades de negociação e o partilhamento de interesses comuns, privados e coletivos. Ocorre que, sendo da ordem do político, o espaço urbano é, por natureza, objeto de estratégias. Além disso, desde o início do século XX, o território de uma grande cidade tornou-se objeto de um planejamento referido à lógica do desenvolvimento econômico.

Isso implica que a vida urbana, para realizar-se plenamente, precisa desafiar, sucessiva e cotidianamente, a predominância de uma lógica que é da mercadoria. No cotidiano é que se dão os movimentos, as construções e as transformações na forma urbana: à vida cotidiana deve ser atribuída tanto uma ação – pelo que se torna necessário perguntar pelo(s) sujeito(s) que a desempenha(m) – quanto a concepção de uma posição: quando a experiência da arquitetura urbana desempenha-se no cotidiano como lugar de resistência e transformação, é a partir desse lugar que se pode criticar o espetáculo, que se pode erigir o protesto contra a passividade que é inerente ao avanço tecnológico.

Este trabalho pretende discutir o urbanismo como estratégia de poder na sociedade denominada do espetáculo. Desde o segundo pós-guerra, com a reorganização das forças geopolíticas no Ocidente, a cidade tem se tornado parte do espetáculo em suas mais reconhecidas formas. Ao urbanismo coube, como disciplina, a ordenação física do ambiente material, e a ele foi dado exercer determinada forma de controle cujo desempenho configura parte fundamental na arquitetura do poder espetacular.

Contudo, quando a população do mundo se torna preponderantemente urbana e a grande cidade explode em subúrbios, periferias, vazios urbanos ou pequenos aglomerados satélites; quando cada cidade pequena se transmuda em semicolônia da metrópole, o urbanismo formal expõe seu limite, vítima do próprio parâmetro da eficácia. É nesses campos urbanos que surge um novo gênero de existência social, dirá Guy Debord (1997, p. 173), como resultado da organização técnica do consumo. Para o teórico francês, na medida em que se caracterizava pela ditadura do automóvel, pelos indivíduos isolados

em conjunto¹ e pelos "hipermercados construídos em áreas afastadas, sustentados por estacionamento, essas fábricas de distribuição" (DEBORD, 1997, p. 173)², aquela arquitetura urbana vigente na Europa dos anos 1960 refletia a oposição – fundamental no espetáculo – entre atores e espectadores. Nos supermercados, nos arranha-céus e nos lugares de férias do tipo *club mediterranée*, figuras típicas da vida urbana, tornava-se evidente que a verdadeira dicotomia moderna situava-se entre organizadores e organizados. Conforme pensava Debord (1997, p. 173), compreender tal mundo urbano é compreender a dinâmica do consumo, que "está no primeiro plano da dissolução geral que levou a cidade a se consumir a si mesma".

Debord já demonstrava em 1967 de que modo o urbanismo da cidade moderna colonizava o cotidiano implicando a banalização do espaço³; agora, quando completam quarenta anos da publicação de *A sociedade do espetáculo* (DEBORD, 1997) e vivemos todos num mundo hiperurbanizado, o texto debordiano é mais atual que nunca, conforme atestam-nos as histórias e as teorias contemporâneas sobre a cidade. Dentre esses relatos, aqueles que se ocupam em fazer a crítica da cidade dominada pelas práticas do capitalismo são, em sua grande maioria, devedores do argumento debordiano de que viver alternativamente a uma tal colonização para superar a pretensão capitalista de desenhar o espaço em sua totalidade permanece como estratégia de resistência ao modo da vida espetacular.

I

A cidade moderna decorre dos processos de industrialização; por isso, chamamos de metrópole aquele território dominado pela técnica, no qual o capital se movimenta em meio a contradições. Portadora das ideias de racionalização, a moderna arquitetura da cidade é a projeção, num território, das relações referentes à produção e ao consumo das coisas, com a consequente constituição de lugares diferenciados pelas funções que neles se exercem. A cidade é o meio em que o capital descobre o trabalho humano como riqueza. Henri Lefebvre (1999a, p. 86) observa que a cidade é o sujeito ao qual Marx imputa a dissolução do modo feudal e a transição para o capitalismo:

1 - "[...] indivíduos isolados em conjunto: as fábricas e os centros culturais, os clubes de férias e os condomínios residenciais são organizados de propósito para os fins dessa pseudo coletividade que acompanha também o indivíduo isolado na célula familiar: o emprego generalizado de aparelhos receptores de mensagem espetacular faz com que esse isolamento seja povoado pelas imagens dominantes, imagens que adquirem sua plena força por causa desse isolamento" (DEBORD, 1997, p. 172).

2 - Nos supermercados, nos arranha-céus e nos lugares de férias do tipo *Club Mediterranée*, torna-se evidente que a verdadeira dicotomia moderna situa-se entre organizadores e organizados. É exatamente a mesma oposição entre atores e espectadores, fundamental no espetáculo.

3 - Para fins da discussão deste texto, analisarei principalmente o sétimo capítulo *A sociedade do espetáculo* (DEBORD, 1997): "O planejamento do espaço".

Como a terra em que se apóia, a cidade é um espaço, um intermediário, uma mediação, um meio, o mais vasto dos meios, o mais importante [...]. A cidade veicula as mudanças da produção, fornecendo, ao mesmo tempo o receptáculo e a condição, o lugar e o meio. [...] A cidade se torna, em lugar da terra, o grande laboratório das forças sociais.

A essência do processo de urbanização decorrente da industrialização é o espaço tornado mercadoria, e o solo parcelado é a substância da cidade que nasceu com a Revolução Industrial. Desde então, os processos urbanos são capazes de contar a história do capitalismo, pois a cidade é fenômeno de interação entre as relações de produção e forças produtivas, constituindo-se lugar da aglomeração das forças produtivas construídas pelo trabalho empregado no curso do processo de circulação do capital. Por todos os lugares de uma cidade, evidenciam-se as relações materiais entre pessoas, assim como são inumeráveis, num ambiente urbano, os modos como relações sociais tornam-se relações coisificadas.

As relações sociais em torno da propriedade da terra e do solo, mais exatamente aquela relação social estreitamente ligada às forças de produção que impõe uma forma ao solo e à terra, podem ser consideradas parte da base econômica. Convertido em mercadoria, o espaço é produzido no interior de uma estratégia cujo fim é a acumulação de capital. Desse modo, o urbanismo é, essencialmente, uma ferramenta de transformação física na sociedade de consumo e resume-se a atuar como instrumento da regulamentação e administração do espaço construído.

A cidade moderna – à semelhança do Estado moderno e das instituições que o compõem – exigiu um espaço que pudesse ser organizado segundo suas próprias exigências econômicas, o que significou determinar a configuração daquele. Configuração resultante dessa dupla demanda (instituições e forças produtivas), o espaço da cidade tornou-se tanto um produto para ser usado e consumido como também um meio de produção. Mas, se é verdade que a grande cidade é cumulativa de todos os conteúdos da vida prática – na simultaneidade que os caracteriza –, é também verdade que o mundo urbano dá-se num espaço a tal ponto dominado pela técnica que se arrisca, permanentemente, a não ser apropriado por seus habitantes, pois é sempre espaço na iminência de ser destituído da produção de relações livres de determinismos e constrangimentos.

O urbanismo moderno tomava a cidade-mercadoria como forma, isto é, objeto "definido e definitivo". Operando para ocultar e para dissimular a estratégia capitalista "sob uma aparência positiva, humanista, tecnológica", o urbanismo

[...] oscila entre a representação de um vazio, quase geométrico, tão somente ocupado pelos conceitos, pelas lógicas e estratégias no nível racional mais elevado, e a representação de um espaço finalmente pleno, ocupado pelos resultados dessas lógicas e estratégias (LEFEBVRE, 1999b, p. 141).

A primazia do plano, princípio ordenador da arquitetura urbana da primeira metade do século XX, impunha-se como solução teórica, contudo mascarava as contradições internas do espaço e concorreu para o domínio de uma lógica da visualidade como elemento estruturador da cidade. O que os pensadores do urbanismo moderno oferecem é um espaço vazio, pretensamente neutro e apto a receber conteúdos fragmentados, configurando um ambiente em que objetos, pessoas e modos de vida pudessem ser simplesmente introduzidos. Ora, a neutralidade, uma ideologia em ação, é uma falsa hipótese. A teoria arquitetônica que pretendeu desenhar a cidade como sistema se serviu dos mesmos mecanismos do capitalismo que forjou, na modernidade, a sociedade burocrática de consumo dirigido.

A cidade moderna evoluiu suportada pela compreensão errônea de que seu espaço pudesse ser percebido na geometria abstrata de um plano, que separava e segregava funções (LEFEBVRE, 1984). Um plano urbanístico pretende produzir lugares neutros, mas é sempre uma versão política impositiva de um modo de vida. Tudo se passava, na cidade do funcionalismo, como se o espaço pudesse,

[...] de um modo mais ou menos harmônico, "organizar" seus principais fatores: planos e unidades modulares, a composição e a densidade de ocupação, elementos morfológicos (ou formais) *versus* elementos funcionais. [...] O discurso dominante sobre o espaço – descrevendo o que é visto por olhos afetados por defeitos congênitos muito mais sérios que miopia ou astigmatismo – rouba a realidade do significado, vestindo-o um uniforme ideológico que não aparece como tal, mas ao contrário, dá a impressão de ser não-ideológico (ou então de estar "além da ideologia") (LEFEBVRE, 1999b, p. 317).

A cidade funcional explicitava a segregação no zoneamento⁴, o qual é responsável precisamente pela fragmentação sob uma unidade frágil chamada tecido urbano, de um espaço tornado abstrato, "repressivo em essência e *par excellence*". Fruto de uma racionalidade homogeneizante, que toma por suposto a existência de um grau zero do espaço, desde sempre definido pela tendência a neutralizar contradições e diferença da vida social, o zoneamento segrega por meio da localização, da imposição de hierarquia, enfatizando

[...] a produção e apropriação do espaço na cidade e seu entorno, privilegiando as exigências funcionais da indústria. No limite, buscava-se reproduzir a lógica da divisão técnica do trabalho na unidade fabril na organização sócio-espacial da cidade, pensando o espaço

4 - O zoneamento do uso do solo urbano é um instrumento da legislação urbanística de controle da cidade, surge na Alemanha do XIX e se desenvolve nos Estados Unidos. Implica a criação, amparada por lei, de zonas com regulamentos diferenciais, dividindo a cidade de forma conveniente para estabelecer os usos, regulamentando alturas e volumes, e deve garantir uma ordem disciplinária.

da reprodução social coletiva como extensão do espaço da produção e condicionando sua apropriação social ao funcionalismo produtivista da indústria e à lógica do mercado de terras e prédios, privatizando e despolitizando assim a cidade e o espaço de vida (MONTE-MÓR, 2005, p. 277).

II

A extensão da alienação que submete os habitantes urbanos deixa-se medir na vida cotidiana, em seus modos e processos inter-relacionados à produção e circulação de mercadorias. Lukács (1966, p. 33-81) formulou o termo "cotidianidade", *Alltäglichkeit*, para designar a vida trivial e assim caracterizar de modo geral o pensamento filosófico sobre o cotidiano.

Os homens amam, da vida, o atmosférico, sua indeterminação, cuja oscilação nunca termina e tampouco se estende até o extremo; amam a grande incerteza como canção de tom monótono e adormecedor. [...] A vida é uma anarquia do claro-escuro: nela nada se realiza por completo e nada chega a seu fim; sempre se mesclam novas vozes, que a tudo confundem, no coro das que sonhavam antes. Tudo flui e se mescla, sem inibições, numa mistura impura; tudo se destrói e derruba, na vida real nada jamais floresce. [...] A vida não é uma questão de conhecimento, mas a verdade sangrenta e imediatamente vivida dos grandes instantes (MONTE-MÓR, 2005, p. 244).

Na modernidade capitalista, a vida cotidiana é um núcleo no qual se colocam para os homens as tarefas da existência social, e nela se dão as mais diversas reações dos indivíduos, pois, na medida em que é o elemento basilar das relações do homem com seu ambiente, contém a totalidade dos modos de ação e a integralidade das esferas de valores.

Nesse âmbito da vida cotidiana, cada cidade evidencia-se em sua colonização pela abstração do fetichismo próprio à forma-mercadoria. A mercadoria – e o universo das trocas mercantis – é a articulação comum às análises que Debord faz da cidade. Em virtude de suas configurações no século XX relacionadas à produção industrial e ao consumo, a arquitetura urbana é um produto cultural posicionado no centro da crítica realizada pelo autor, permitindo-lhe discutir, por meio das situações de habitação de edifícios e lugares públicos, as contradições do capitalismo.

É possível identificar a arquitetura a uma forma-mercadoria que é expressão do cotidiano de seus habitantes, uma vez que, dentro da produção capitalista de mercadorias, todo e qualquer objeto arquitetônico é um dos resultados dos processos de valorização do capital. Com suas complexas ordenações, a cidade moderna é nutrida pelo metabolismo da merca-

doria. O espaço posto pelo zoneamento é espaço da reificação⁵ e da separação, características que sintetizam a estratégia de poder exercido por meio do urbanismo.

Espaço de reificação, pois o único estímulo ali presente é para o consumo. Atado ao planejamento urbano e afeito às políticas de Estado, o consumo produtivo deste – produtivo, acima de tudo, da mais-valia – recebe muito subsídio dos governos. O consumo é manipulado pelos produtores: "não pelos trabalhadores, mas pelos gestores e proprietários dos meios de produção (intelectual, instrumental, científica)" (LEFEBVRE, 1972, p. 32-37), abrangendo de tal modo os estratos da existência, que acaba por simular uma unidade, justamente denominada "sociedade de consumo".

Espaço de separação, pois é espaço que pretende anular as possibilidades do encontro, desenhado tendo o isolamento como resultado.

[...] a integração no sistema deve recuperar *os indivíduos isolados em conjunto*: as fábricas e os centros culturais, os clubes de férias e os condomínios residenciais são organizados de propósito para os fins dessa pseudo coletividade que acompanha também o indivíduo isolado na sua célula familiar (DEBORD, 1997, p. 173).

Erigida no cotidiano, a sociedade burocrática de consumo dirigido coloca, em primeiro plano de suas preocupações, a racionalidade, a organização e a planificação mais ou menos avançadas. Como a ordenação da vida coletiva é a semente da sociedade urbana no segundo pós-guerra, para a qual se coloca, mais do que uma possibilidade, a diretiva de atuar sobre o consumo (e por meio dele), organizando e estruturando uma norma para a vida cotidiana, ali o cotidiano perde sua riqueza, configurado no abrigo de inúmeras subjetividades possíveis, para converter-se estritamente em objeto da composição social. Dá-se a tragédia atual do cotidiano: a organização controlada e minuciosa do emprego do tempo, a manipulação dos ritmos subjetivos, rigorosamente distribuídos em trabalho, vida privada, ócio – sem que nada de frutífero e improvisado possa advir daí.

O urbanismo, em sua essência, é decisão sempre autoritária, afirmada para planejar o lugar como território da abstração. É força técnica da economia capitalista e salvaguarda do

5 - A chave do problema colocado pela mercadoria para a vida cotidiana é o conceito de reificação, que, segundo Lukács, designa uma relação social estabelecida entre os indivíduos que assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Na troca de mercadorias as relações sociais entre seres humanos ganham a aparência de uma relação entre objetos, "a ponto das coisas nos confrontarem". A mercadoria, como objeto desligado do trabalhador que a produziu, tomou uma forma reificada, tornou-se fetiche que aparece desligado do processo social de sua produção. Para a consciência reificada, essas formas do capital se transformam necessariamente nos verdadeiros representantes da sua vida social, justamente porque "nelas se esfumam, a ponto de se tornarem completamente imperceptíveis e irreconhecíveis, as relações dos homens entre si e com os objetos reais, destinados à satisfação real de suas necessidades" (LUKÁCS, 2002, p. 94). Para maiores informações, ver (BUCKMORSS, 1977, p. 26).

poder de classe, no cerne da pretensão capitalista de "colonizar o espaço", isto é, desenhar seu cenário na totalidade. Com os habitantes dispersos no espaço, sua mente tomada por preocupação em sobreviver minimamente, vivendo imersos em apatia, a cidade concebida no ideário funcionalista implica isolamento e integração na produção e no consumo aliado ao controle: "ampliar os meios de manter a ordem na rua culmina, afinal, com a supressão da rua" (MONTE-MÓR, 2005, p. 172).

III

No mundo urbano que se consolidou no segundo pós-guerra, a relação fetichista alcançou um grau de abstração ainda maior. As coisas produzidas sob a forma-mercadoria foram recobertas por imagens produzidas também sob a forma-mercadoria. As imagens agora medeiam as relações sociais como uma realidade aparente, compensatória, e essa realidade está à frente dos homens de modo isolado; é uma força tão alheia a ele quanto as forças sociais nela inseridas.

Espetáculo, denomina Guy Debord (1997), é uma relação social entre pessoas, mediada por imagens, e, portanto, uma forma particular de fetichismo. É o estágio supremo da abstração, o que substitui a realidade por sua imagem falseada, reduzindo a multiplicidade do real a uma única forma abstrata e igual. Modo capitalista de desrealização da vida, designa uma forma mais desenvolvida da sociedade que se baseia na produção de mercadorias e no "fetichismo da mercadoria" que daí decorre. Se, no primeiro estágio da evolução histórica da alienação, o ser se degradava para o ter, no espetáculo o ter degrada para o parecer.

Na sociedade designada pelo espetáculo, o princípio é a não intervenção; sua condição preliminar (e ao mesmo tempo seu produto), a passividade na contemplação. A contemplação passiva de imagens, que ademais foram recolhidas por outros, substitui o vivido e a experimentação do próprio indivíduo dos acontecimentos à sua volta. Segundo o filósofo francês, mesmo o que era possibilidade de ser vivido diretamente foi rescindido e convertido em representação, na qual se ancora o capitalismo em sua forma final, qual seja, uma imensa acumulação de espetáculos: "o espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem" (DEBORD, 1997, p. 25).

Isso implica o empobrecimento da experiência cotidiana – tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação – com a fragmentação da vida em esferas cada vez mais apartadas, com a perda do aspecto unitário da sociedade. Enquanto o poder da sociedade, em seu conjunto, parece infinito, o indivíduo encontra-se impossibilitado de administrar seu próprio universo. O espetáculo tudo faz para isolar o indivíduo, e só o indivíduo isolado na multidão atomizada pode sentir a necessidade do espetáculo. Sua mensagem é uma só: a incessante justificativa da sociedade existente como uma entidade. Incita os indi-

víduos (espectadores) a escolher uma ou outra dessas falsas alternativas a fim de que nunca ponham em dúvida o conjunto.

A lógica de tal dominação é a do todo pela parte, que, no caso, é a categoria da economia e os seus interesses representados por uma parte da sociedade, isto é, a burguesia, que, como classe, o instalou. O espetáculo é, simultaneamente, projeto e resultado do modo de produção existente; uma produção econômica baseada na alienação, submetendo toda a vida humana, enquanto a economia – independente – subordina todo uso – mesmo o mais corriqueiro – às exigências do seu próprio desenvolvimento. Espetáculo é ao mesmo tempo a afirmação onipresente da escolha já feita na produção e o consumo que decorre dessa escolha. No trajeto do ter ao parecer, o espetáculo, em sua forma difusa, assume diversos aspectos (tendências políticas diferentes, estilos de vida contrários, concepções artísticas opostas).

A crítica do espetáculo deve configurar-se em crítica da vida cotidiana, conduzida por uma releitura marxiana das condições da existência inerentes ao capitalismo avançado da sociedade moderna, da pseudoabundância do consumo, do urbanismo repressivo e da ideologia. É nesse contexto que se insere a reflexão debordiana sobre o urbanismo, na qual a crítica ao urbanismo é parte da estratégia de crítica à sociedade de classes. Não há, na teoria de Debord, uma doutrina acerca da vida urbana, mas sim uma crítica ao urbanismo, cujo fundamento é a reapropriação da subjetividade num ambiente coletivamente determinado.

Tal experiência que tem como *medium* a vida cotidiana e urbana contrapõe-se à ocultação e ao entorpecimento causados pelo predomínio das formas de vidas que se exprimem na imagem. Nesse sentido é que tento encontrar a recusa do referencial imagético como ponto de chegada da crítica debordiana da cidade. No conceito de espetáculo, encontra-se subjacente o reconhecimento de que, se a ordenação do mundo da práxis, desde a industrialização ocorrida no século XIX, deu-se por meio de um conhecimento visual, o futuro – que, para Debord (1997) era a sucessão do século XX, tal a ordem de grandeza das transformações que pôde experimentar – se fará na superação de tal modelo de conhecimento.

IV

Entretanto, é importante ressaltar, a crítica do cotidiano não deve pretender que todo o mundo se torne situacionista, como o próprio Debord adverte ainda em 1966, ao reivindicar que mesmo na alienação demarcadora da vida cotidiana ainda haja a possibilidade real de paixões e de jogos. Debord chega a afirmar que seria uma contradição da Internacional Situacionista entender que a vida resta totalmente reificada fora da atividade situacionista. Em outras palavras, nas frestas da alienação é que repousaria seu contrário, a desalienação.

Ora, lugar de toda vida cotidiana, a cidade é essa possibilidade e lugar da desalienação porque é sempre possibilidade de encontro. A cidade é "espaço da história por que é ao mesmo

tempo concentração de poder social, que torna possível a empreitada histórica e a consciência do passado". A ideia subjacente ao conceito situacionista de cidade é de que nunca se deve apagar a consciência histórica de um lugar. Os edifícios não podem ser reduzidos, numa cidade, à condição de simples bastidores de teatro. Não se deve promover o apagamento da memória, pois a arquitetura urbana tem na sua espessura histórica um dos elementos da resistência ao consumo.

O posicionamento da Internacional Situacionista – em especial o argumento de Debord – relativamente à tradição, mais exatamente quanto ao acatamento do passado como elemento formador da consciência crítica, se transforma ainda antes dos eventos de Maio de 1968. Os situacionistas zombavam dos que estudavam obstinadamente as revoluções do passado ou dos países longínquos sem perceber as transformações que aconteciam à sua volta. A princípio "partidários do esquecimento" (IS, 2/4, 2011), defensores de que toda revolução começasse do zero, fazendo *tabula rasa* da história, e entendendo que a recusa da história era o único modo radical de contestação da sociedade burguesa, os situacionistas consideraram que tanto os *mass media* como a "alta cultura" tradicional eram igualmente alienantes e alienados. Mas percebem posteriormente que, dentre as realizações mais danosas do espetáculo – a forma-imagem como desenvolvimento da forma-valor –, está exatamente a destruição de todo passado histórico.

Ora, isso tampouco auxilia o projeto revolucionário, pois, no limite, implica a incapacidade de compreender o ambiente construído, em contínua transformação, à sua volta. Ao avaliar mais tarde o que acontecera na década de 1960, Debord (2002, p. 75) afirma: "Ser absolutamente moderno tornou-se uma lei especial proclamada pelo tirano". Varrer o passado é o triunfo da mercadoria. A atitude que recusa a sedimentação histórica do tecido urbano reflete a "atual tendência de liquidação da cidade" (DEBORD, 2002, p. 116), ao anular seu passado, trocando-o por uma paisagem exclusiva composta pelas "forças da ausência histórica". A crítica da cidade como contestação do espetáculo deve ter por princípio compreender o contexto físico e a historicidade da paisagem, sem, entretanto, fazer apologia do chamado, em teoria urbana, contextualismo; trata-se, é certo, de perceber as mudanças ao seu redor para atuar, a seguir e daí em diante, na transformação do próprio lugar.

V

Estudando Debord, todo leitor sempre encontrará uma revolução. Ou, dizendo de outro modo, alguém sempre deparará com revoluções de várias ordens, mesmo que nem sempre estejam descritas sistematicamente num conceito. No que tange à arquitetura, as revoluções de que trata esse autor não são menores, fazem-no a partir das transformações espaciais que constituem o substrato daquelas. Em cada uma das reflexões, que têm escala e aprofun-

damento diferenciados, dá-se uma conclusão que é enunciada como tese: qualquer revolução é revolução no cotidiano.

Ainda que não se trate de uma resposta sistematizada para os objetivos de projeção/planejamento urbano, a tese que se firma na possibilidade de autonomia, imaginação e fecundidade do cotidiano configura um método para estudar a condição urbana contemporânea. Os situacionistas, com o acento incendiário que tanto os caracterizou, são categóricos a esse respeito, afirmando,

[...] aqueles que falam de revolução e luta de classes sem se referir explicitamente à vida cotidiana, sem compreender o que há de subversivo no amor e de positivo na recusa das coações, esses têm na boca um cadáver (VANEIGEM, 2002, p. 31).

É com base nas táticas da vida cotidiana individual que se pode construir coletivamente uma estratégia de superação; em outras palavras, as condições da revolução residem no cotidiano. Se pergunto sobre condição de uma análise política da arquitetura, tenho de refletir em termos de uma experiência do espaço desenrolada em expedientes, situações especiais e estratégias, isto é, a experiência da arquitetura urbana em que cada edifício, em sua particularidade, é parte de uma política do espaço. Ora, na medida em que se trata do valor de uso, o que o uso determina primeiramente é uma ação, um desempenho, que, ao final, será a possibilidade de revolução.

Todo o sistema de produção e distribuição altamente sofisticado e organizado dentro dos limites de uma grande cidade ecoa de modo decisivo na *urbanização da consciência* de seus habitantes, para usar uma expressão de David Harvey (1988)⁶. Fazemos e refazemos a cidade, individual ou coletivamente, como habitantes. A abordagem do cotidiano conduz ao reencontro do habitar e de seu sentido, e, para exprimi-los, são utilizados conceitos e categorias que possam ir aquém do vivido pelo habitante, em direção ao obscuro e ao não conhecido da cotidianidade.

A cidade se escreve nos seus muros, em suas ruas. Mas essa escrita nunca acaba. O livro não se completa e contém muitas páginas em branco, ou rasgadas. [...] Percursos e discursos acompanham-se e jamais coincidem (LEFEBVRE, 1999a, p. 114).

A revolução a se fazer no cotidiano é levar a práxis urbana a predominar sobre as determinações abstratas do planejamento e do urbanismo.

6 - Harvey (1988, p. 229-255) desenvolve o argumento de que estejamos vivendo algo chamado de "urbanização da consciência", que deve ser entendido em relação com a urbanização do capital: "*The urbanization of consciousness has to be understood in relation to the urbanization of capital. [...] We all help to build a city and its way of life through our actions without necessarily grasping what the city as a whole is or should be about!*". Para maiores informações, ver Trebisch (1991).

A revolução da vida cotidiana será a revolução daqueles, que, ao reencontrar com maior ou menor facilidade os germes da realização total conservados, contrariados, dissimulados nas ideologias de qualquer gênero, imediatamente deixarem de ser mistificados e mistificadores (VANEIGEM, 2002, p. 178).

A realização total se dará por meio de uma prática urbana que permita desenhar uma resistência e caracterizar a revolução como uso político do espaço cotidiano. A revolução, afinal, é somente a forma política da práxis. Como tal, deve-se compreender que revolução é atividade, logo, ação que se faça capaz de se contrapor à segregação generalizada dos momentos da vida, resultante da interação entre o fenômeno urbano e as relações de produção. Uma ação dessa natureza só pode se desenrolar no cotidiano, âmbito e domínio que contém vestígios e memórias das práticas espaciais que ficam intocadas pela modernidade. "A vida cotidiana é uma paródia da plenitude perdida e último vestígio remanescente daquela plenitude". Lefebvre (1999b) faz a crítica da vida cotidiana para, ao mesmo tempo em que denuncia e rejeita o inautêntico e o alienado que nela se instala, resgatar – de modo tentativo – o humano que ali repousa. No desenrolar da ação pensada pelo filósofo francês reside a crítica do cotidiano naquilo que nele é passividade.

A passividade se dá na medida em que os habitantes delegam aos especialistas (os planejadores, os arquitetos, os desenhistas) não apenas a tomada de decisões, mas também o cuidado e a preocupação envolvidos numa decisão. Essa é a miséria do cotidiano, denominada por Lefebvre, e colocada nos seguintes termos por Debord (1997, p. 179): "quando o indivíduo já não consegue reconhecer nada sozinho, ele vai ser formalmente tranquilizado pelo especialista". A dominância da opinião do especialista sobre a cotidianidade configura um espaço petrificado, em que a reificação, de início somente tolerada e suportada, é, a seguir, aceita. A passividade corresponde a uma acomodação nociva, cujas razões estão dadas na fragmentação do fenômeno urbano, isto é, quando o uso, ou seja, o valor de uso, é colocado de lado em virtude do valor de troca implicando, por um lado, representações urbanísticas (o mundo da mercadoria, com suas lógica e linguagem, suas significações aderidas a cada objeto que configura a cidade), e, por outro, manipulação do cotidiano, na medida em que este se torna objeto da organização social, por meio da "organização controlada e minuciosa do emprego do tempo" distribuído e funcionalização em termos de "trabalho, vida privada e ócio" (LEFEBVRE, 1978, p. 78).

Em tais condições, que são o chão onde germina a sociedade burocrática de consumo dirigido, o uso efetivo dos espaços urbanos tende a desaparecer, ou cair no silêncio, que, de resto, não é outra coisa senão a passividade – aquilo que o habitante urbano chama satisfação, e que, em geral, corresponde ao estado em que se instalam, acomodadas, as classes médias urbanas.

Desde que existem, têm buscado a satisfação: pequenas satisfações, peças soltas de satisfação. Este gênero de vida se estendeu à sociedade inteira. Só emergem daí os que habitam o Olimpo, a grande burguesia que em nosso tempo corresponde à antiga aristocracia, cujos vestígios recolhe. Os moradores do Olimpo não têm vida cotidiana, ainda que as imagens que os tornam populares lhes atribuam uma cotidianidade superior. [...] Enquanto que, ao habitante, fixado ao solo, a cotidianidade assedia, o engole, o faz submergir (DEBORD, 1997, p. 118-119).

Assumir, pois, a práxis cotidiana como centro do seu conceito de experiência implica estabelecer os termos de uma dialética do cotidiano. Dado que não se pode negar a sua miséria, é preciso suprassumi-la. Sempre haverá, no cotidiano, muitos domínios a combater, mas também outros a defender. Para o filósofo francês, a práxis urbana deve ser prática criadora que faça frente à experiência cotidiana em suas contradições internas, confrontando incessantemente a atitude passiva, de modo a fazer continuamente tentativas de solução e superação dessas contradições. Atitude passiva que demarca o sujeito vivendo sob o regime do espetáculo, conforme escreve Debord (1997, p. 183), para quem "o espectador é suposto ignorante de tudo, não merecedor de nada. Quem fica sempre olhando, para saber o que vem depois, nunca age".

O contrário da passividade é o ato criativo e a autorrealização, ambos essencialmente mediados pela realidade urbana, e cada um deles configurado como ação capaz de reunir os fragmentos da realidade numa totalidade. A totalidade, uma ideia-guia para Debord, está dada no próprio cotidiano, em meio à sua miséria – a não totalidade –, isto é, a vida que, vista da perspectiva do poder, "não passa de um emaranhado de renúncias e mediocridades" (VANEIGEM, 2002, p. 125). Cumpre, então, descobrir uma unidade teórica que permitirá imaginar possíveis mundos alternativos, unidade por meio da qual seja possível liberar as capacidades de invenção.

É preciso extrair do fluxo dos acontecimentos um *outro* cotidiano, não aquele que é mascarado no espetáculo, que tem a função explícita de esvaziá-lo, e expor o próprio esvaziamento. A totalidade deve ser buscada nas formas que a pobreza produziu, pois é ali que reside a possibilidade do enriquecimento da vida cotidiana. O cotidiano que prepara a revolução está encerrado no conforto, nos lazeres, em tudo que destrói a imaginação. Logo, a sua crítica é que configura a busca da totalidade, crítica que é também do consumo, e "do vazio produzido por uma enxurrada de *gadgets*, de *Volkswagen* e de *pocket books*" (VANEIGEM, 2002, p. 29). Ao caminhar para a totalidade, é preciso anular a atitude passiva. Contra a passividade, tanto Debord quanto Vaneigem e Lefebvre propõem uma estratégia a que chamam apropriação, um modo de agir principalmente contra a felicidade na passividade.

Ao mesmo tempo em que colocava na ordem do dia a felicidade e a liberdade, a civilização tecnológica inventava a ideologia da felicidade e da liberdade. Ela se condenava, assim, a criar somente uma liberdade apática, uma felicidade na passividade (VANEIGEM, 2002, p. 54).

VI

Para os fins de uma crítica que intenta evidenciar a ordem espetacular que está oculta na ordenação do espaço, apropriar-se significa reconhecer a si mesmo em seu mundo submetendo o espaço ao tempo vivido (DEBORD, 1997). Apropriação significa modificar um espaço cotidiano para que ele possa servir às necessidades e possibilidades de vida de um grupo, entendendo o espaço não como espaço que é neutro, e como tal externo à prática social, externalidade que o faria ser, por isso, espaço fetichizado. Trata-se, na apropriação, de assentar e tomar posse de um lugar, de uma determinada configuração do espaço-tempo. Entretanto, apropriar não esgota seu significado na posse, dado que a ela corresponde *um acontecimento em um lugar*.

Frequentemente tal espaço – apropriado – é uma estrutura, um monumento ou edifício, mas este não é sempre o caso: um sítio ou uma praça ou uma rua podem também ser legitimamente descritos como espaço apropriado. Exemplos de espaços apropriados abundam, mas não é sempre fácil decidir de que modo, como, por quem, e para que, eles foram apropriados (LEFEBVRE, 1984, p. 165).

Um desenrolar no tempo: o tempo apropriado no uso do espaço, ação que se estabelece graças aos ritmos que demarcam a experiência espacial. A apropriação, se tomada em relação ao tempo presente, diz respeito a ocupar-se com o que se dá no acontecimento, sob a forma do inesperado. A espacialidade formal é impactada pelo que ocorre, e a partir daí o lugar estabelecido pelo acontecimento é diverso do espaço fixado num desenho ou construção. Experimentar o espaço dá forma a um lugar de tempo diferente, atravessado pelo simultâneo; o que ali ocorre, naquele instante, é tão somente atravessado pelos ritmos particulares daquele evento.

No entanto, a vida urbana é também lugar e tempo do desejo, aquém e além das necessidades. Nesse sentido, não existe uma rotina única para um indivíduo, e o cruzamento de múltiplas funções cumpridas e atividades realizadas introduz, no tempo presente, a lógica do jogo, esse elemento definido pelos situacionistas como princípio de uso – portanto, de apropriação, da arquitetura urbana. Na Internacional Situacionista, o jogo é, a rigor, uma tática

de apropriação, na medida em que permite exercitar uma habilidade em lidar com o imprevisito. Desempenhar a regra de um jogo mede a capacidade de adaptação, mas também um manejo, em ato, da instabilidade e do equívoco. Quando se entende o espaço urbano como elemento constituinte do tempo do movimento e da transformação, a arquitetura será também um *medium* de experimentação.

A arquitetura possui, portanto, um elevado grau de ambiguidade. Apresenta-se como objeto fruível e projeta no futuro exigências utópicas, logicamente destinadas a verem-se frustradas. Mas esta é a realidade da arquitetura, e é isto que justifica a tensão que em particular, domina hoje o debate da cultura arquitetônica. De resto, essa possibilidade de inserir na realidade um fragmento de utopia é um privilégio que a arquitetura – relativamente aos outros sistemas de comunicação social – consegue muitas vezes explorar até o fundo (TAFURI, 1984, p. 265).

Spectacle is not an optics of power, but an architecture

Abstract – This paper discusses urbanism as an essential kind of strategy of power in the society concerning spectacle, as Guy Debord wrote in 1967. Since the immediate post-war period until nowadays the multiple re-configurations of great cities in Europe, Asia and Americas had become a considerable part of political power that supports Spectacle in its multiple forms.

Keywords: urban architecture, reification, fetichism, urban planning, urbanization of consciousness.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. Comentário aos poemas de Brecht. *Inimigo Rumor*, Rio de Janeiro, n. 11, 2005.

BUCK-MORSS, S. *The origin of negative dialectics*, Theodor W. Adorno, Walter Benjamin and the Frankfurt Institute. New York: Macmillan Free Press, 1977.

CIORAN, E. *História e utopia*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

_____. *Panegírico*. São Paulo: Conrad, 2002

HARVEY, D. The urbanization of consciousness. In: _____. (Ed.). *The urban experience*. London: Blackwell Publishing, 1988.

IS, 2/4. Disponível em: <www.notbored.org>. Acesso em: 1º jan. 2011.

JAPPE, A. *Guy Debord*. Petrópolis: Vozes, 1999.

LEFEBVRE, H. Quotidién et quotidienneté. In: *Encyclopaedia universalis*. Paris, 1972.

_____. *La vida cotidiana en el mundo moderno*. Madrid: Antropos, 1978.

LEFEBVRE, H. *Production of space*. Oxford: Blackwell, 1984.

_____. *Critique of everyday Life*. New York: Verso, 1991.

_____. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999a.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999b.

LUKÁCS, G. Los problemas del reflejo en la vida cotidiana. In: _____. *Caracterización general del pensamiento cotidiano*. Questões prévias y de principio. Estética. Barcelona: Grijalbo, 1966. v. 1.

_____. Metafísica de la tragédia. In: _____. *El alma y las formas*. Barcelona: Grijalbo, 1975.

_____. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARICATO, E. Metrôpoles brasileiras: periferia do capitalismo e globalização. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 4, p. 129-137, 2008.

MONTE-MÓR, R. L. Por uma política urbana. In: PAULA, J. A. de. (Org.). *Adeus ao desenvolvimento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 125-140.

TAFURI, M. *Teorias e história da arquitetura*. Lisboa: Presença, 1984.

VANEIGEM, R. *A arte de viver para as novas gerações*. São Paulo: Conrad, 2002.